

Arida volta a depor no Senado



Gilberto Miranda, Pedro Piva e Esperidião Amin voltarão a inquirir Persio Arida sobre política cambial e sobre as reservas brasileiras, desta vez por requerimento de Suplicy

O presidente do Banco Central, Persio Arida, voltará a depor na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado na próxima terça-feira, dia 18, para prestar mais esclarecimentos sobre a política cambial, em sessão secreta. O início da reunião está previsto para as 10h e também participarão dos debates, como convidados, os integrantes da Comissão de Fiscalização e Controle, cabendo prioridade, porém, na formulação de perguntas aos senadores membros da CAE. Pécisio Arida já depôs na Comissão, há 20 dias, quando garantiu que não houve vazamento antecipado de informações sobre mudanças na política de câmbio.

Sarney recebe bancada feminina que foi à ONU

O senador José Sarney recebeu as integrantes da bancada parlamentar brasileira que participou da reunião convocada pela ONU em março passado, em Nova York, como



Emilia Fernandes entrega o documento a Sarney, que apoia envio de delegação a Pequim

preparação à IV Conferência Mundial da Mulher. As parlamentares entregaram um relatório de prestação de contas e agradeceram o apoio de Sarney que, na condição de presidente da Mesa, rebateu as críticas à viagem em sessão do Congresso. Sarney comprometeu-se a apoiar o envio de

uma delegação parlamentar brasileira à IV Conferência, marcada para setembro, em Pequim. Será a primeira vez que mulheres membros do Congresso Nacional participarão do evento, patrocinado pelo Conselho Econômico e Social da ONU, a cada cinco anos.

Amin: governo não cumpriu palavra

O compromisso firmado pelo governo Itamar Franco com representantes dos agricultores, no ano passado, foi lido em plenário pelo senador Esperidião Amin (PPR-SC), para comprovar que o governo federal

não cumpriu a promessa de adotar o mesmo índice tanto para os juros agrícolas quanto para correção dos preços mínimos. O senador quer a retomada das negociações entre o governo e o setor.

Lei para Deficientes

A Comissão de Assuntos Econômicos provou projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados que concede isenção de IPI e de Imposto de Importação para equipamentos e material educativo adquiridos por pessoas portadoras de deficiência. O projeto vai à deliberação do plenário da Casa. A partir de questão de ordem levantada pela senadora Marluce Pinto (PTAB-RR), a comissão decidiu anular a votação, realizada na semana passada, de projeto de autoria da senadora dispondo sobre criação de áreas de livre comércio em Roraima. Marluce alegou que o substitutivo aprovado, de autoria do senador Romero Jucá (PPR-RR), foi apresentado como simples retificação de redação, mas alterava fundamentalmente o conteúdo do projeto. A proposição voltará a ser apreciada com base em novo relatório, a ser elaborado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

O presidente do Senado Federal, José Sarney, recebeu representantes do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que solicitaram a retomada da tramitação do projeto de lei da Câmara dos Deputados que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, em seus termos originais.

O projeto recebeu substitutivo apresentado pelo senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), que, segundo manifesto distribuído pelo Fórum, desfigura o original.

Projeto diz que aluno não pode ser punido por calote do pai

A comissão mista que vai dar parecer sobre a medida provisória 963, que trata do reajuste das mensalidades escolares, foi instalada ontem e já aprovou o parecer do deputado Paes Landim, que apresentou projeto de conversão. Pelo projeto, "são proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos escolares, inclusive de transferência, ou a aplicação de quaisquer outras penalidades pedagógicas,

por motivo de inadimplência". A comissão ficou formada assim: presidente, senador Ney Suassuna (PMDB-PB); vice-presidente, deputado Ivandro Cunha Lima (PMDB-PB); relator, deputado Paes Landim, e os senadores José Fogaça (PMDB-RS), Guilherme Palmeira (PFL-AL), Júlio Campos (PFL-MT), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Romeu Tuma (PL-SP) e Emília Fernandes (PTB-RS).



Ney Suassuna preside a comissão mista

Comissão de Educação cria projeto igual ao Rondon

A Comissão de Educação do Senado, sob a presidência do senador Roberto Requião (PMDB-PR), aprovou oito itens de sua pauta de trabalho, com destaque para projeto oriundo da Câmara dos Deputados que cria o Programa Nacional para Atividades de Extensão Universitária em Saúde, na área da Amazônia Legal. Na prática, o programa reedita o espírito do antigo Projeto Rondon e vai levar estudantes do último ano de Medicina para prestar serviços junto às comunidades do interior da região. Ao relatar favoravelmente à proposta, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) acentuou a importância dessa iniciativa para

melhorar a assistência das populações mais carentes da região amazônica, lamentando que a iniciativa esteja restrita apenas à área de saúde." O projeto vai agora à apreciação do plenário do Senado. Os membros da Comissão de Educação aprovaram também a alteração do Conselho de Comunicação Social, composto de representantes de profissionais da área e membros da sociedade civil para assessorar o Congresso na apreciação de projetos de concessões de rádio e televisão. O órgão terá também dois representantes da área de propaganda (um das agências e outro dos publicitários), que estavam de fora.

Radiocomunicação em locomotivas

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), aprovou, na reunião de ontem, projeto oriundo da Câmara dos Deputados que dispõe sobre obrigatoriedade do uso de equipamento de radiocomunicação em locomotivas. O projeto, que será submetido ainda a votação no Plenário do Senado, recebeu parecer favorável do relator, senador José Roberto Arruda (PP-DF), que salientou tratar-se de matéria de fundamental importância para a segurança ferroviária no país. Arruda disse que o custo de implantação seria desprezível diante dos benefícios

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Despacho interno.

12h - Almoço com o ministro-chefe do EMFA, general-de-exército Benedito Onofre Bezerra Leonel. Local: sede do EMFA - Esplanada dos Ministérios.

14h30 - Preside a Sessão Ordinária do Senado.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado.

1º SECRETÁRIO

senador Odacir Soares

9h às 9h30 - Seminário "Concessão de Serviços Públicos no Brasil", com a presença do presidente da República,

Fernando Henrique Cardoso. Local: Palácio do Planalto - Auditório Anexo I

9h às 9h30 - Reunião da Comissão Especial Temporária, destinada a elaborar e apresentar projeto de resolução reformando o Regimento Interno.

10h às 10h30 - Seminário sobre propostas para reforma da Previdência Social. Local: Auditório Espaço Cultural da Câmara dos Deputados.

LIDERANÇAS

Lider do Governo, senador Elcio Álvares
9h - Reunião da Comissão Especial Temporária Interna, destinada a elaborar apresentar projeto de resolução reformando o Regimento Interno.

9h - Seminário "Concessões de Serviços Públicos no Brasil"

10h - Reunião da Comissão de Constitui-

ção, Justiça e Cidadania.

PMDB - Líder, senador Jader Barbalho

18h30 - Seminário "Concessão de Serviços Públicos.

PP - Líder, senador Bernardo Cabral
10h - Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PPS - Líder, senador Roberto Freire
10h - Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PSB - Líder, senador Ademir Andrade

10h - Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
17h30 - Audiência com o ministro dos transportes, Odacir Klein.

Congresso deverá mudar tramitação do Orçamento para evitar irregularidades

A proposta de Orçamento da União do próximo ano poderá tramitar sob novas regras no segundo semestre, para evitar a repetição de problemas registrados em anos anteriores. Uma comissão especial de senadores e deputados, presidida pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), entregou ontem aos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Luiz Eduardo Magalhães, um conjunto de sugestões de medidas que deverá reformular toda a sistemática de tramitação do Orçamento. A solenidade aconteceu no gabinete do presidente do Senado.

Como esclareceu Fogaça, a idéia básica é assegurar ao Congresso condições mais favoráveis no exame do Orçamento. Para tanto, as medidas deverão provocar uma redução no número de emendas individuais, dos parlamentares, já que serão valorizadas as emendas coletivas. A bancada de congressistas de cada estado deverá se entender para eleger dez emendas, que correspondem a dez obras

prioritárias. O relator da comissão, deputado Sérgio Guerra (PE), explicou que o objetivo das mudanças é que os parlamentares de cada estado negociem e os governadores atuem sobre as bancadas. "O resultado disso será uma ampla oxigenação do processo de discussão do Orçamento", acrescentou.

O novo ritual de tramitação do Orçamento admite também emendas regionais, limitadas ao máximo de cinco, para contemplar obras que beneficiem uma região macroeconômica que abranja mais de um estado. A proposta prevê uma influência maior das comissões permanentes das duas Casas no exame do projeto de Orçamento, devendo realizar um avaliação mais detida das prioridades e das obras em andamento em cada área em que atuam.

Além disso, a proposta redesenha a Comissão Mista de Orçamento em sete subcomissões temáticas, cuja atuação será valorizada para que seus integrantes possam conseguir maior intimidade com

os diversos assuntos da proposta orçamentária. Já o relator-geral terá alguns de seus poderes limitados.

Sarney enalteceu o trabalho da comissão presidida por Fogaça, que, segundo ele, vem resolver um dos problemas fundamentais do Congresso, que é a Comissão Mista de Orçamento. O presidente prometeu realizar todos os esforços para que as mudanças sejam implantadas a tempo de ser utilizadas ainda este ano na tramitação do Orçamento de 96. De acordo com Sarney, a proposta traz uma melhoria do processo legislativo, do qual a apreciação da proposta orçamentária é peça fundamental.

O presidente do Senado apresentou aos membros da comissão uma proposta para contornar o problema do gigantismo da Comissão de Orçamento: quórum menor para decisão das matérias, porque isto livraria o colegiado da pressão de um quórum elevado. Fogaça disse que a idéia de Sarney não é incompatível com a proposta.



Jader Barbalho, líder do PMDB, apresentou texto: contra uso abusivo de medidas provisórias

Uso de MPs será limitado

Os líderes do PMDB no Senado, Jader Barbalho, e na Câmara, Michel Temer, apresentaram ao presidente do Congresso, José Sarney, o texto de proposta de emenda constitucional que procura disciplinar a edição de medidas provisórias pelo Executivo. O texto, cuja tramitação já foi iniciada na Câmara, será apresentado também à Mesa do Senado pelo líder Jader Barbalho. Segundo o relato da reunião feita pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), o objetivo da audiência foi dar conhecimento ao presidente do Con-

gresso da posição das bancadas. Requião disse que o partido vai aproveitar parte das propostas constantes de estudo de professores de Direito sobre a questão, patrocinado por Sarney. As duas alternativas têm vantagens e desvantagens, segundo afirmou Temer, e, por isso, até a votação final, seria feita uma costura dos melhores pontos de ambas. Temer aponta como vantajoso no texto da bancada do PMDB o fato de que, nesta, a prescrição da medida provisória funciona contra o Executivo: se não for admitida, a MP não entra em vigor.

Jonas tem projeto para escoar safras

O padrão de transporte, basicamente rodoviário, e a impotência do setor público para promover soluções alternativas capazes de garantir o escoamento da safra de grãos do Estado de Mato Grosso levaram o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) a defender com veemência uma iniciativa do setor privado em parceria com a União, e estados e municípios envolvidos. Trata-se de implantar um corredor de exportação, através da hidrovía Madeira-Amazonas, que abrangerá "as áreas a oeste do Estado de Mato Grosso, do Estado de Rondônia, da parte ocidental do Estado do Amazonas, com reflexos no Estado do Acre".

Segundo o senador, após o período de expansão da chamada "agricultura de fronteira", nos anos 70, as regiões Norte e Centro-Oeste caracterizam-se hoje por forte presença na produção agrícola do país. No entanto, o padrão de transporte instituído nessa fase agora impõe perdas na lucratividade das culturas. Pinheiro disse que só para escoar a produção de Mato Grosso são necessárias 250 mil viagens em carretas.

Simon prega entendimento nacional e diz que Brasil tem chance única na História

O Brasil nunca teve uma chance tão grande de acertar como a que agora se apresenta, segundo afirmou o senador Pedro Simon (PMDB-RS), ao propor o entendimento nacional, conduzido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Para Simon, os líderes partidários devem dar-se as mãos e negociar com o presidente da República, pois a decisão que sair do diálogo será "mil vezes melhor que a que resultar do confronto dos cassetes e pedradas".

Para Simon, num país onde há 32 milhões de famintos, a conquista da democracia, da ética e da seriedade não é suficiente. "Queremos um país sem desequilíbrios regionais, onde não haja fome nem miséria. O debate é sobre como se chegar lá", ressaltou.

Simon advertiu que o Brasil já teve muitas chances perdidas e que, se o governo de Fernando Henrique der certo, é o país que dá certo. Ele disse não aceitar que alguém tenha um projeto mais importante que o Brasil e lembrou que não se pode estabelecer relação entre o eventual sucesso do governo e a vitória de um candidato do PSDB ou do PFL nas próximas eleições presidenciais.



Simon defende união nacional no Brasil

Ele sugeriu que o presidente da República chame as direções partidárias para debater os rumos do país: "Há momento para tudo. Já gritei muito na rua. Devíamos estar discutindo nos sindicatos, nas universidades, e não ir à praça pública para dar paulada e pedrada. Isto não é contra o presidente da República, mas contra a sociedade".

Em apoio a Simon, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou o chama-

mento ao diálogo e exortou o governo a aproveitar o clima favorável às reformas, enviando suas propostas ao Congresso Nacional. Casildo Maldaner teme que, se até meados do ano não se formularem propostas concretas, o governo e a classe política cairão no descrédito.

Ressaltando que a população apoia o governo de Fernando Henrique, o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) disse que as manifestações contra o presidente em Pernambuco localizaram-se nas imediações do Palácio das Princesas. Em todos os lugares onde esteve, em Recife e Caruaru, Fernando Henrique foi ovacionado, segundo Joel de Hollanda. O senador disse que os manifestantes são "os neoconservadores, os vanguardeiros do atraso".

O líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), também criticou as manifestações de rua contra o presidente da República, afirmando que "falta de educação e violência não fazem parte do jogo democrático". Jader disse que o presidente deve implementar as medidas que defendeu na campanha eleitoral e que foram apoiadas pela maioria que elegeu Fernando Henrique.

Chelotti diz na CPI que PF está pobre e desaparelhada

A Polícia Federal não tem recursos humanos ou materiais para combater o contrabando e o crime organizado. Foi o que afirmou o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF), Vicente Chelotti, em depoimento à CPI da Mineração, incubida de apurar denúncias de irregularidades no setor mineral do país. Além de completamente desaparelhado, disse, o órgão está impedido de exercer qualquer fiscalização por falha da legislação. Chelotti iniciou sua exposição explicando que o efetivo da Polícia Federal, constituído por 400 delegados, 110 peritos e 4 mil policiais, está muito aquém dos conflitos provocados pela exploração mineral. Por causa disso, observou, as atividades desenvolvidas tanto pelas mineradoras quanto por garimpeiros continuarão "cerçadas de conflitos, marginalidade e ilegalidade, causando evasão de divisas e grandes prejuízos ambientais". O



Romero Jucá considerou grave o depoimento

senador José Eduardo Dutra (PT-SE) se disse surpreso "com o sucateamento brutal do aparelho público brasileiro". Para o relator da CPI, senador Romero Jucá (PFL-RR), o depoimento levantou questões "gravíssimas" entre as quais destacou a completa desestruturação da Polícia Federal.

Decisão sobre CPI fica com Sarney

Caberá ao presidente do Senado, José Sarney, decidir sobre a instalação ou não da CPI das Contas Públicas, requerida há quase dois anos, "para levantar os números reais das contas públicas" no período de 1987 a 1993. O reencaminhamento da questão à Presidência do Senado foi decidido ontem pela Comissão de Fiscalização e Controle da Casa (CFC), que, seguindo voto do relator, senador Josaphat Marinho (PFL-BA), se considerou "incompetente para proceder à investigação proposta".

Requerida na legislatura passada, com número suficiente de assinaturas, e encabeçada pelo então senador Ney Maranhão, a proposta de criação da CPI foi transformada em "proposta de fiscalização e controle" e enviada pela Presidência do Senado à CFC para deliberação. Segundo o relator Josaphat Marinho, a Comissão de Fiscalização e Controle não tem poderes de polícia judiciária.